

# O imposto da longevidade

Tendo como base resultados de estudos científicos, pesquisadores britânicos defendem uma maior tributação sobre alimentos insalubres, como os gordurosos, para que haja uma redução forçada no consumo desses produtos

» MAX MILLIANO MELO

Governos de todo o mundo vêm travando uma luta contra uma série de inimigos bastante sedutores. Eles são deliciosos, quase irresistíveis, envolvidos normalmente em embalagens coloridas e, muitas vezes, bem acessíveis economicamente. Esse grupo de vilões que se instala nas casas de famílias de todas as classes sociais são os alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio, os principais causadores da obesidade, problema que já atinge 300 milhões de pessoas no planeta, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Pesquisadores da renomada Universidade de Oxford, no Reino Unido, defendem uma medida drástica para ajudar a controlar o consumo desses produtos: aplicar altas taxas de impostos sobre os alimentos que fazem mal à saúde.

Segundo o pesquisador britânico Oliver Mytton, um dos autores do artigo que será publicado na edição de hoje do periódico científico *British Medical Journal* (BMJ), os produtos que vão contra a saúde, como biscoitos, salgadinhos e refrigerantes, muitas vezes são mais baratos que os saudáveis, e essa distorção precisa ser corrigida. "A evidência mostra cada vez mais impostos sobre alimentos insalubres. Quando são aplicados da maneira correta (os impostos), podem melhorar a dieta das pessoas", conta o pesquisador, que lembra que a Dinamarca está prestes a adotar uma ação do tipo. "Eu acho que o imposto dinamarquês sobre a gordura vai ter algum efeito na redução do consumo de alimentos ricos em gordura saturada — vamos esperar para ver o que acontecerá lá", afirma.

Apesar de a proposta defendida pelo grupo de qual faz parte ter sido apelidada de imposto da gordura, o pesquisador alerta que a medida, para ser eficaz, precisa abarcar mais produtos. "Muitas vezes, não é a gordura que deve ser tributada, mas um conjunto mais amplo de itens alimentares", conta Mytton, que incluiria também na lista alimentos ricos em sal e em açúcar. "Não se trata apenas de combater a obesidade, mas uma série de outras doenças que também são causadas pela dieta desequilibrada, desde o câncer a doenças cardíacas", completa o britânico.

## Queda nas vendas

Uma série de pesquisas ao redor do mundo vem mostrando que provocar um aumento nos preços de alimentos maléficoss à saúde é uma forma eficaz de diminuir o consumo deles. Um estudo-piloto realizado em uma cantina escolar nos Estados Unidos apontou que, ao aplicar um imposto de 35% sobre bebidas ricas em açúcar, aumentando o valor em US\$ 0,45, houve uma diminuição de 26% na venda. Pesquisas de opinião feitas nos EUA afirmam que, entre 37% e 72% da população do país, recordista absoluto em casos de obesidade, apoia as sobretaxas como forma de promoção da saúde, além de incentivo ao consumo de alimentos benéficos ao organismo.

Estudos de projeção matemática também norte-americanos mostraram que o impacto na saúde pública do aumento forçado dos preços das bebidas pode ser ainda mais amplo. Pesquisadores estimam que pelo menos por lá 20% a mais nos impostos das bebidas açucaradas poderiam diminuir em 3,5% o número de casos de obesidade. No Reino Unido, um estudo semelhante mostrou que 17,5% a mais no IVA — imposto aplicado às mercadorias comercializadas — de alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio podem resultar em até 2,7 mil mortes cardíacas a menos por ano.

Apesar das aparentes vantagens, especialistas internacionais alertam que essa conta não é tão simples de fechar. "A ação poderia ter um efeito positivo, mas sabemos que as pessoas podem simplesmente mudar para gorduras mais baratas", opina a especialista internacional em políticas de alimentação e saúde pública Corinna Hawkes, da City University, em Londres, no Reino Unido. Ela acredita que a promoção da adoção de hábitos de alimentação saudáveis combinada à prática de exercícios pode ter resultados mais garantidos e duradouros.

Para ela, o grande problema ao serem adotadas tais políticas é a ainda ausente visão dos governos de que a obesidade é uma



**Não se trata apenas de combater a obesidade, mas uma série de outras doenças que também são causadas pela dieta desequilibrada, desde o câncer a doenças cardíacas"**

**Oliver Mytton,**  
pesquisador da Universidade de Oxford

questão realmente séria, como a violência e a falta de acesso à educação. "O problema da obesidade não foi reconhecido pelo que realmente é: uma questão de má gestão econômica", afirma a especialista britânica. "Apenas quando for reconhecido como tal é que os governos estarão dispostos a agir", completa Hawkes.

## Mudança de hábito

Uma ação inversa à taxação dos alimentos não saudáveis, ou seja, a promoção econômica daqueles que fazem bem para a saúde, também é apontada como uma possível peça no gigante quebra-cabeça da luta contra a epidemia mundial da obesidade, garante a especialista. "Precisamos mudar o relacionamento das pessoas com as frutas e as verduras. Precisamos alterar de sobremaneira a disponibilidade, a qualidade, a acessibilidade financeira e a aceitabilidade — particularmente em relação ao gosto — desses alimentos", enumera Corinna Hawkes. "A melhor maneira de fazer isso seria mudar a forma como frutas e verduras são fornecidas — mais frescas, vindas diretamente dos agricultores e de maneira mais conveniente para as pessoas."

Segundo dados do IBGE, há cerca de 17 milhões de obesos no Brasil, o que representa 9,6% da população. A política brasileira para o controle do consumo desses alimentos é praticamente baseada na publicação de avisos sobre os efeitos de alguns tipos de alimentos e bebidas (veja arte). Em geral, os alertas são direcionados a crianças ou focados em produtos com teor alcoólico. Embora todos os alimentos devam trazer na embalagem tabela de informações nutricionais, não existem políticas que obriguem os fabricantes a limitar ou mesmo a alertar os consumidores dos males do consumo excessivo de gordura, açúcar e sódio.

## Palavra do especialista

### Brasil dá os primeiros passos

No Brasil, as políticas de controle da obesidade ainda estão começando. O país já reconhece a questão como uma epidemia e tem uma preocupação em promover ações para combatê-la, ainda que lentamente. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), lançado no ano passado, inclui ações contra a obesidade adulta e a infantil. Acordos estão sendo feitos com a indústria para a diminuição do teor de sódio inicialmente em três alimentos: biscoitos, pão de forma e macarrão instantâneo. Em outros países, como o Reino Unido, essa lista inicial incluiu 80 alimentos. Os resultados demorarão pelo menos 10 anos para serem medidos, mas só serão possíveis caso haja uma ação voltada para a publicidade, pois há empresas que lançam mão da redução de algumas substâncias para vender uma imagem de produto saudável, o que nem sempre é verdade.

**» Katerine Karageorgiades**  
Advogada do Instituto Alana e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

### Cigarro nas alturas

Segundo a taxação da indústria do tabaco que começou a valer no início deste mês, o imposto médio sobre os cigarros é de aproximadamente 45%. Um dos objetivos da medida é tornar o produto menos acessível financeiramente, desestimulando, assim, o consumo. Além disso, o aumento do imposto é uma forma de compensar o Estado pelo alto gasto no tratamento de pacientes que desenvolveram males relacionados ao tabagismo.

### Menos consumo, mais saúde

Veja alguns produtos que tiveram a venda controlada e até proibida no Brasil em função dos danos causados à saúde:

### Adeus aos mentolados

Embora representem apenas 3% da venda de cigarros no país, os produtos refrescantes em sua composição foram considerados os grandes vilões da saúde pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que decidiu proibir a venda deles no país. A justificativa é de que esse tipo de cigarro, mais palatável, serve de porta de entrada dos jovens para o tabagismo. A contar de março, as indústrias têm 18 meses para interromper a produção e 6 meses para a retirar os produtos do comércio.

### Publicidade limitada

Os projetos de leis nº 1.637/07 e 7.644/10 que tramitam na Câmara dos Deputados pretendem impor regras para a publicidade de alimentos danosos à saúde. Caso se tornem leis, as medidas restringirão a propaganda de gordura, de açúcar ou quantidade de sódio para o horário entre as 21h e as 6h. Além disso, as propagandas deverão informar que o produto é prejudicial e não poderão vincular os alimentos às crianças, dando brindes na aquisição deles ou os anunciando próximo a escolas e creches.

### Escolas saudáveis

De olho no crescimento da obesidade infantil, os ministérios da Saúde e da Educação editaram em 2006 uma portaria que, além de incentivar a venda de alimentos saudáveis nas escolas, define a "restrição ao comércio escolar de alimentos no ambiente com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal". A portaria pode ser transformada em lei pelo Congresso Nacional. Em São Paulo, uma lei estadual já bane esse tipo de alimento nas instituições de ensino.

### Aleitamento incentivado

Tentando convencer as mães de que o leite materno é o melhor alimento para os bebês e que deve ser exclusivo até os três meses de idade, uma portaria da Anvisa obriga as caixas e as latas de leite, além dos estabelecimentos comerciais, a divulgarem avisos sobre os males da substituição do leite materno pelo de origem animal. Produtores de papinhas e de alimentos para bebês também são obrigados a veicular esse tipo de informação.

### Alcool com limites

Segundo normas da vigilância sanitária, as bebidas destiladas que em geral têm uma graduação alcoólica mais alta devem conter no máximo 54% de álcool. A medida barra a comercialização no país de alguns tipos de absinto e de outros destilados que, no exterior, chegam a ter 90% de álcool em sua composição. Tradicionalmente, as bebidas com alta graduação têm a venda e a publicidade restringidas.



VAISO VIRGO